



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17844 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT10 - Alfabetização, Leitura e Escrita

CONCEPÇÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E O PROGRAMA COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA

Renata Adjaína Silva de Araujo - UFPE/CAMPUS AGRESTE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Alexsandro da Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

**CONCEPÇÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL:** BREVES APONTAMENTOS SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO E O PROGRAMA COMPROMISSO NACIONAL CRIANÇA ALFABETIZADA

---

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discute a respeito de concepções sobre alfabetização e letramento na Educação Infantil, considerando a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11/04/2019, e revogada pelo Decreto Nº 11.556, de 12/06/2023, que instituiu o atual Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA). Para tanto, nosso objetivo é discutir sobre o que o caderno da PNA e o Caderno de Orientações sobre a Proposta Pedagógica do CNCA - Educação Infantil - Nordeste apresentam em relação à alfabetização e ao letramento na Educação Infantil.

De início, partimos da compreensão, apoiando-nos em Soares (2016), de que a alfabetização se refere, sobretudo, à faceta linguística da aprendizagem inicial da língua escrita, enquanto o letramento diz respeito ao desenvolvimento de

comportamentos e habilidades de uso da leitura e da escrita em práticas sociais diversas. Discutir sobre essas questões no contexto da educação infantil ainda gera muitas controvérsias, principalmente no que se refere ao eixo da alfabetização, ou seja, discutir esse tema continua sendo um “tabu”, conforme Kramer (2010) denunciou há mais de uma década.

Ainda de acordo com Soares (2016), a polêmica que ainda existe sobre iniciar ou não a alfabetização na Educação Infantil é uma questão mal colocada, porque desconsidera que as crianças já chegam à escola em total processo de alfabetização e letramento e têm interesse em ampliar seus conhecimentos sobre a leitura e a escrita e os seus usos socioculturais.

Considerando tais posicionamentos, pretendemos apresentar as proposições da revogada PNA e do atual CNCA em relação à alfabetização e ao letramento no contexto da Educação Infantil, considerando o caderno da PNA, especificamente a parte tocante à Educação Infantil, e o caderno de orientações sobre a proposta pedagógica do CNCA - Nordeste. Para tanto, de início, situaremos brevemente as duas políticas de alfabetização e, em seguida, apresentaremos as orientações sobre o que significa alfabetizar e letrar na Educação Infantil nos dois documentos.

## **2 POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: SITUANDO A PNA E O CNCA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Sabemos que questões em torno da alfabetização constituem uma pauta estratégica em diversas políticas educacionais, seja em âmbito federal, seja nas esferas estadual e municipal, envolvendo diversos setores da sociedade, pesquisadores e professores.

De modo geral, a PNA, instituída, como já dissemos, pelo decreto nº 9.765, de 11/04/2019, veio acompanhada de muitas críticas por parte de pesquisadores e profissionais do campo da educação no Brasil, sobretudo da área da alfabetização. Dentre as críticas, encontram-se a defesa do método fônico, o não diálogo do documento da PNA com as proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) e a desconsideração dos estudos realizados no âmbito da alfabetização no Brasil.

Com a promessa de melhorar, nas diversas etapas e modalidades da Educação Básica, a qualidade da alfabetização e combater a o analfabetismo absoluto e funcional, promovendo ações baseadas em “evidências científicas”, o decreto da PNA ainda presume que os programas e as ações tenham ênfase nos seis “componentes essenciais para a alfabetização” (BRASIL, 2019): consciência fonêmica; instrução fônica sistemática; fluência em leitura oral; desenvolvimento de

vocabulário, compreensão de texto e produção escrita.

De acordo com o caderno da PNA, o público-alvo das ações dessa política são as crianças na primeira infância e os alunos que frequentam os anos iniciais do Ensino Fundamental. Dentre as suas ações, a PNA propôs formação continuada aos professores e elaboração e distribuição de materiais didáticos-pedagógicos fundamentados na perspectiva da referida política, como é o caso dos livros didáticos que foram distribuídos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), de acordo com o edital nº 02/2020 do PNLD 2022. Além dos livros didáticos destinados às crianças de 4 e 5 anos, também foi distribuído um “guia de preparação para a alfabetização” aos professores que lecionam na pré-escola.

Em um cenário político distinto e após quatro anos de vigência da PNA, foi instituída pelo decreto nº 11.556 de 12/06/2023, como já dito, o CNCA, a ser realizado em regime de colaboração entre união, estados e municípios que aderirem ao referido compromisso. De acordo com o decreto, a proposta é garantir que todas as crianças estejam alfabetizadas até o 2º ano do ensino fundamental e recompor as aprendizagens daquelas que frequentam turmas do 3º ao 5º ano do ensino fundamental.

Uma das ações apresentadas pelo decreto que instituiu o CNCA se refere à descentralização das propostas de alfabetização, ou seja, por meio de adesão voluntária ao Compromisso, cada estado, em colaboração com seus municípios, deve elaborar sua política de alfabetização, levando em consideração seu contexto e especificidades.

De maneira geral, no que se refere à Educação Infantil, o decreto mencionado não apresenta o objetivo específico de alfabetizar as crianças nessa etapa. Dentre as suas ações, o documento propõe estratégias destinadas à melhoria da qualidade da Educação Infantil, considerando e respeitando suas especificidades, com foco na formação de professores e gestores, disponibilização de materiais didáticos e recursos pedagógicos, por meio de assistência técnica e financeira aos estados e municípios que aderirem ao Compromisso.

No âmbito do CNCA, é implementado o Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI), com o objetivo de formar professores da Educação Infantil para desenvolver e melhorar as práticas de leitura e escrita com e para as crianças de 4 e 5 anos de idade. O LEEI conta com a parceria de 32 universidades federais para sua implementação, sendo cinco delas responsáveis por sua coordenação regional. No caso da região nordeste, as ações do LEEI são coordenadas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A seguir, apoiando-nos na perspectiva da análise documental (LUDKE; ANDRÉ 1986) e de conteúdo (BARDIN, 1979), apresentaremos o que ambas as

políticas nacionais de alfabetização concebem e orientam sobre alfabetizar e letrar na Educação Infantil.

## **2.1 O que apontam a PNA e o CNCA sobre alfabetização e letramento na Educação Infantil?**

Em agosto de 2019, o MEC lançou o caderno da PNA apresentando de forma mais detalhada os termos utilizados no decreto nº 9.765, de 11/04/2019, e as referências que constituíram sua elaboração. Nesse caderno, a concepção de alfabetização imposta com base na Ciência Cognitiva da Leitura parece ser bastante reducionista, partindo de uma ideia associacionista de aprendizagem da escrita alfabética, “numa ordem que deriva do mais simples para o mais complexo” (BRASIL, 2019 p.18). De acordo com o documento, “Se alguém é alfabetizado, significa que é capaz de decodificar e codificar qualquer palavra em sua língua” (BRASIL, 2019 p.19)

O documento apresenta ainda o termo “literacia”, que, paradoxalmente, consistiria “[...] no ensino e na aprendizagem das habilidades de leitura e de escrita, independentemente do sistema de escrita utilizado” (BRASIL, 2019, p.21). O documento também expõe os níveis de “literacia” organizados em forma de pirâmide: Literacia Básica (da pré-escola ao 1º ano do ensino fundamental); Literacia Intermediária (do 2º ao 5º ano) e Literacia Disciplinar (do 6º ano ao ensino médio).

Todos esses apontamentos expressam uma desconsideração total da compreensão científica construída ao longo de muito tempo sobre a alfabetização enquanto um processo amplo de construção de significados sobre a escrita alfabética e os seus usos sociais.

No que diz respeito à Educação Infantil, podemos notar que o caderno da PNA assume um tom de “preparação” para a alfabetização, recomendando que as seguintes variáveis devem ser “promovidas na educação infantil, a fim de contribuir com o processo de alfabetização no ensino fundamental” (BRASIL, 2019, p.31): “conhecimento alfabético”; “consciência fonológica”; “nomeação automática rápida”; “nomeação automática rápida de objetos ou cores”; “escrita ou escrita do nome”; “memória fonológica”; “conceitos sobre a escrita”; “conhecimento de escrita”; “linguagem oral”; “prontidão para a leitura” e “processamento visual”.

Embora a PNA declare que “Não se trata de alfabetizar na educação infantil” (BRASIL, 2019, p. 31), a “primeira infância” é considerada como o primeiro público-alvo dessa política, assim como os professores que atuam nessa etapa da Educação Básica são considerados “agentes envolvidos”. Nesse contexto, o

documento concebe a Educação Infantil como uma etapa preparatória ao assumir que ela deve “proporcionar condições mínimas para que a alfabetização possa ocorrer com êxito no 1º ano do ensino fundamental” (BRASIL, 2019 p. 31).

Para Moraes (2019), o texto da PNA não leva em consideração a ampliação das práticas de letramento e as reflexões sobre os usos de textos escritos desde a Educação Infantil como uma forma de democratizar o acesso à escrita. Ao não considerar tudo isso, a PNA toma a alfabetização enquanto aquisição de um código de transcrição de fala. Nessa mesma direção, Nogueira (2019) destaca que o documento também aponta para um trabalho pedagógico com a alfabetização na Educação Infantil desconsiderando que a escrita alfabética é um sistema notacional, que possui princípios e propriedades a serem aprendidas pelas crianças que estão em processo de alfabetização.

Já o documento “Caderno de orientações sobre a proposta pedagógica do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Educação Infantil - Nordeste” concebe a alfabetização como:

[...] o processo de apropriação e valorização da cultura escrita, em suas interfaces com a oralidade. Entre as dimensões que compõem esse complexo processo, destacam-se a inserção em práticas sociais variadas de leitura/escuta e produção de textos orais e escritos de diferentes gêneros, bem como de outras tantas linguagens que constituem as interações humanas, além da apropriação do Sistema de Escrita Alfabética (SEA) (BRASIL, 2024, p. 14).

Sobre os eixos norteadores que permeiam as formações destinadas aos professores que atuam em turmas de pré-escola especificamente, o documento aponta quatro eixos: as interações, a brincadeira, a literatura e a expressão. Como pano de fundo, as ações do LEEI norteiam-se pelos materiais utilizados no Curso Leitura e Escrita na Educação Infantil, promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais, e pelo caderno do professor do Programa Criança Alfabetizada, utilizado nas formações dos professores de Educação Infantil no estado de Pernambuco.

Na contramão do que propõe a PNA, o Caderno de orientações sobre a proposta pedagógica do CNCA para a Educação Infantil no Nordeste não assume como objetivo a preparação das crianças para a alfabetização. Pelo contrário, um dos objetivos apresentados se destina a ampliar os conhecimentos dos professores sobre o trabalho pedagógico que envolve a oralidade, a leitura e a escrita na Educação Infantil, em interface com outras linguagens, considerando-a como uma etapa com especificidades e objetivos próprios. Além disso, as orientações envolvem:

rodas de leitura e de contação de histórias; a escrita espontânea; a formação de um repertório de palavras estáveis, incluindo o nome próprio e outras palavras significativas; a produção coletiva de textos; a brincadeira com jogos de palavras potencializando análise fonológica, sem finalidade de treinamento; entre outros. (BRASIL, 2024, p. 10)

Essas orientações nos remetem ao que Brandão e Rosa (2010) defendem ao assumirem que a Educação Infantil não tem a finalidade de alfabetizar as crianças. No entanto, consideram que é necessário que elas possam vivenciar práticas que possibilitem refletir sobre o sistema de escrita alfabética de maneira prazerosa e reflexiva, ao mesmo tempo que ampliam suas experiências de letramento. Mas é preciso, antes de tudo, esclarecer de que alfabetização e letramento estamos falando.

Nessa direção, Brandão e Leal (2010), Stemmer (2013), Soares (2018, 2020) e Araújo (2017) apontam que o trabalho pedagógico que envolve a alfabetização e o letramento na Educação Infantil não implica conceber que as práticas pedagógicas devem ser descontextualizadas das diversas linguagens, mecânicas e sem significados para as crianças. Conforme apontado no documento do CNCA - Educação Infantil - Nordeste, é preciso considerar e refletir sobre concepções criança, infância e Educação Infantil que respeitem os direitos e as particularidades das meninas e dos meninos dessa etapa.

Por outro lado, as orientações apresentadas no caderno da PNA silenciaram várias vozes que discutem sobre alfabetização e letramento com seriedade e comprometimento com a educação no Brasil, demonstrando ser claramente uma proposta de “cima para baixo”. Nessa direção, o texto da PNA ressalta que a escolha do “método” estaria baseada em “evidências científicas” e, ao indicar isso, apaga um significativo conjunto de produções científicas oriundas de outras abordagens teóricas do campo da alfabetização, como, por exemplo, os estudos de Ferreiro e Teberosky (1999) sobre a Psicogênese da Escrita, que nos ajudaram a compreender o processo de construção da escrita pela criança e as hipóteses que elas elaboram sobre esse sistema.

Em relação às concepções sobre alfabetização e letramento na Educação Infantil, que é o cerne da discussão aqui proposta, temos, por um lado, uma política que foi imposta de forma autoritária e que orientava o trabalho pedagógico baseado em um método “ideal” para alfabetização no Brasil, o método fônico. Por outro, uma política que concebe a alfabetização como um processo progressivo, que envolve práticas sociais de leitura, escrita, produção de textos orais e escritos, apropriação do sistema de escrita alfabética, considerando as diversas linguagens presentes nas interações pessoais. Embora o foco da atual política seja a alfabetização das crianças que frequentam o 1º e o 2º ano do Ensino Fundamental,

o CNCA considera que os processos de alfabetizar e letrar são iniciados já na Educação Infantil.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo de uma concepção mais ampla de alfabetização e letramento, entendemos que ler e escrever diferentes textos, em seus mais variados contextos e usos, são práticas inerentes também ao contexto escolar da Educação Infantil, antes mesmo de a criança ter formalmente se apropriado do sistema de escrita alfabética, aspecto esse que a PNA desconsidera.

No caso do CNCA, consideramos que tal política apresenta significativos avanços em relação à política anteriormente mencionada. Um desses avanços se refere à concepção de que as propostas pedagógicas relativas à alfabetização e o letramento na Educação Infantil implicam proporcionar experiências com a leitura e a escrita que considerem as especificidades e os interesses das crianças dessa etapa, bem como suas vivências socioculturais

Por ora, sem a pretensão de limitar a discussão, tentamos fazer alguns apontamentos a partir de um breve olhar sobre o que propõem a PNA e o CNCA para a etapa da Educação Infantil. Desse modo, entendemos e defendemos que o trabalho com a alfabetização e letramento na Educação Infantil deve possibilitar às crianças uma participação mais ampla no mundo da leitura e da escrita, de forma prazerosa e lúdica, permitindo o contato com uma diversidade de materiais escritos para que possam pensar e expressar suas ideias, brincando e interagindo com diversas linguagens em seus contextos sociais e culturais.

### REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. C. Ler, escrever e brincar na educação infantil: uma dicotomia mal colocada. **Revista Contemporânea de educação**, v. 12, n. 24, p. 344-361, 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979

BRANDÃO, A. C. P.; LEAL, T. F. Ler e escrever na educação infantil: o que isso significa? *In*: BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S (Orgs.) **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRANDÃO, A. C. P.; ROSA, E. C. S. **Ler e escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Diário Oficial da União, 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9765.htm). Acesso

em: 20 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023.** Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Diário Oficial da União, 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm). Acesso em: 07 ago.2024

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno de Orientações sobre a proposta pedagógica do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada Educação Infantil Nordeste.** Brasília: MEC, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **PNA - Política Nacional de Alfabetização.** Brasília: MEC, SEALF, 2019.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

KRAMER, S. O papel da educação infantil na formação do leitor: descompassos entre as políticas, as práticas e a produção acadêmica. *In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO*, 15., 2010, Belo Horizonte, MG. **Anais [...].** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. p.111-133.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MORAIS, A. G. Análise crítica da PNA (Política Nacional de Alfabetização) imposta pelo MEC através de decreto em 2019. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 10, 2019.

NOGUEIRA, G. M. Impactos da Política Nacional da Alfabetização para educação infantil: um retrocesso. **Revista Brasileira de Alfabetização**, n. 10, 2019.

SOARES, M. **Alfabetização: a questão dos métodos.** São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, M. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto, 2020.

STEMMER, M. R. G. S. A educação e a alfabetização. *In: MARTINS, L.; ARCE, A. O. Quem tem medo de ensinar na Educação Infantil?* Em defesa do ato de ensinar. Campinas, SP: Alínea, 2013.

**Palavras -chave:** Educação Infantil; Alfabetização; Letramento; PNA; CNCA.